

Trunfo de Bresser para ir ao FMI

por Celso Pinto
de Washington
(Continuação da 1ª página)

todos os encontros fazendo uma exposição do plano econômico brasileiro e alguns objetivos básicos da negociação: não vincular o acordo com os bancos a um acordo prévio com o FMI, pedir US\$ 7,2 bilhões aos bancos privados, "spread" zero e um acordo válido até dezembro de 1988.

Pela versão do ministro, em todos seus encontros houve vários pontos em comum: todos seus interlocutores teriam ressaltado seu apoio ao processo de transição democrática, ninguém sugeriu que seria preciso fazer uma recessão para ajustar a economia. Houve elogios à direção do plano econômico, todos preferiram que o Brasil fizesse um acordo prévio com o FMI, acham muito difícil o País ser bem-sucedido sem isso, mas não se oporão formalmente à tentativa.

Bresser está confiante que poderá mudar a ordem tradicional da negociação da dívida. Muitos estão céticos. Há uma atitude frequente entre os credores de encarar o plano econômico brasileiro com certa cautela, esperando para ver sua factibilidade técnica e política. Os bancos, por sua vez, insistiram em definir melhor a participação dos governos e das instituições internacionais, inclusive o FMI, no pacote brasileiro, reclamando que, sem isso, fica difícil avaliar se é razoável o tamanho da contribuição pedida a eles. É o que o presidente do Federal Reserve, Paul Volcker, chamou de "questão de aritmética" da negociação da dívida brasileira.

Se o Brasil pudesse apresentar aos bancos, até setembro, algum sinal positivo do Banco Mundial (BIRD) e dos governos (no Clube de Paris), além de bons resultados na economia, a negociação ficaria bastante facilitada. Não é certo, contudo, que isto aconteça.

No BIRD, continuam a haver certas resistências à aprovação de grandes empréstimos setoriais ao Brasil, como o de US\$ 500 mi-

lhões ao setor elétrico. Na conversa de ontem, como disse o próprio ministro, ficou claro que representantes de alguns governos no BIRD prefeririam ver um acordo prévio do Brasil com os bancos, antes de deslanchar um programa mais ambicioso de empréstimo ao Brasil.

Bresser disse ter poucas esperanças de que o Brasil consiga, neste ano, obter do BIRD tanto quanto terá de pagar entre principal e juros (cerca de US\$ 1.35 bilhão).

Quanto aos outros bancos oficiais, Bresser afirmou esperar, com certeza, um fluxo negativo.

O ministro não disse, mas sabe-se que em parte as resistências encontradas no "board" do BIRD prendem-se à expectativa de que seja possível convencer o Brasil a fazer um acordo com o FMI de negociar sua dívida. Esta expectativa não desapareceu com a viagem do ministro aos Estados Unidos, nem o tema desapareceu de vez da mesa de negociação.

O que a direção do BIRD disse ao ministro, segundo um dos presentes, é que o banco fará uma análise aprofundada do plano brasileiro. Se considerá-lo consistente, ele servirá como referência básica para o exame dos empréstimos setoriais que estão em discussão (são cinco, num total de US\$ 2,5 bilhões).

No "staff", do banco, pelo que apurou este jornal, há uma tendência a apoiar criticamente o plano: considera-se haver algumas inconsistências, especialmente em relação ao déficit público projetado, mas sabe-se que há restrições políticas para se obter algo mais forte no momento.

Um salto na participação do BIRD, no entanto, não depende apenas do "staff" e sim da concordância do "board" da instituição. Parece difícil conseguir algo muito sólido antes de sentar-se à mesa com os banqueiros em setembro.

Em outros organismos internacionais a situação é ainda pior. No Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por exemplo,

o Brasil deverá ter um fluxo negativo de recursos de US\$ 100 milhões neste ano e não há perspectiva de melhora.

Os Estados Unidos opõem-se a um aumento do capital do banco, a menos que tenham um poder de veto na instituição. Existem pressões, até mesmo, para que grandes tomadores da região, entre eles o Brasil, deixem de receber novos empréstimos.

Mesmo que a fórmula de negociação brasileira prospere, o que estará em jogo, segundo as palavras do próprio ministro, é "uma solução menor, parcial e insatisfatória". Uma solução mais ambiciosa e duradoura dependeria, a seu ver, da concordância em que o Brasil pudesse refinar o estoque de sua dívida aproveitando-se do deságio hoje existente no mercado, emitindo títulos que fossem garantidos pelo Banco Mundial.

Bresser diz que levanta esta idéia em todas suas conversas. O deságio atual chega a 42%. O ministro diz que o Brasil deveria ter a vantagem de realizar pelo menos 30% de desconto no total de sua dívida.

A decisão dependeria, é claro, de uma decisão política do mais alto nível nos países desenvolvidos. Baker disse a Bresser que é contra esta idéia no mo-

mento. O ministro, por sua vez, procurou convencer seus interlocutores que uma saída deste tipo seria vantajosa para os próprios Estados Unidos: viabilizando o crescimento brasileiro, pois o País poderia também ampliar suas importações.

A idéia geral saiu da teoria, há duas semanas, quando a Bolívia assinou

um acordo com os bancos que prevê a recompra de sua dívida por um valor entre 7 a 10 centavos de dólar por cada dólar originalmente emprestado. Mais ainda: a Bolívia pediu ao FMI que organizasse este processo de recompra que, se bem-sucedido, poderá resolver de forma definitiva a questão de sua dívida.

No caso de grandes deve-

dores, contudo, hipóteses nesta direção estão ainda muito distantes. O Banco Mundial aceita examinar algumas destas idéias, mas um passo sério dependeria de decisões políticas muito mais complexas. Em relação a este tema específico, o ministro da Fazenda não chegou a vislumbrar qualquer luz em suas andanças nos Estados Unidos.